



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

Relatório da Participação da Assembleia da República

na

Reunião Interparlamentar

O Futuro da Política Externa e de Segurança Comum; as Relações da União Europeia e o Reino Unido após o Brexit; e o futuro da Política de Alargamento e de Vizinhança

Bruxelas, Parlamento Europeu, Sala JAN 2Q2, 2 de abril de 2019 (09:00h-12:30h)¹

Composição da Delegação

A Delegação da Assembleia da República foi constituída pelo Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado **Sérgio Sousa Pinto** (PS), bem como pelos Deputados **Luís Pedro Pimentel** (PSD), em representação da Comissão de Defesa Nacional e **António Gameiro** (PS), em representação da Comissão de Assuntos Europeus.

A assessoria foi prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Síntese

A reunião, organizada pela Comissão de Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu, tinha o objetivo de promover um debate, entre parlamentares nacionais e europeus, sobre o futuro de algumas questões da PESC, com um especial enfoque na possibilidade de deliberação por maioria qualificada, as consequências do Brexit e a política de alargamento e de vizinhança. Na reunião, à qual se seguiu um almoço de trabalho com os chefes das delegações, participaram 25 Deputados de Parlamentos nacionais de 19 Estados-Membros. De referir, que à data da reunião, havia duas datas possíveis para o Brexit, dependentes da ratificação do acordo de saída que, na véspera do evento, havia sido, mais uma vez, rejeitado pelo Câmara dos Comuns, em conjunto com uma série de soluções alternativas, gerando um clima de incerteza quanto ao futuro do Brexit que, aliás, ainda se mantém, à data da elaboração do relatório.

¹ Documentação e fotos da reunião em:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatpar/en/interparliamentary-meetings.html>

Video da reunião em: <http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20190402-0900-COMMITTEE-AFET>



09:00h-09:05h- Sessão de Abertura

O Presidente da Comissão AFET, **David Mc Allister** (PPE), deu as boas-vindas aos colegas, agradecendo a sua presença na reunião, que seria a última antes das eleições de maio. Fez um breve enquadramento dos três temas a debate passando, de imediato, à primeira sessão.

09:05h- 10:00h – Reforço da Política Externa e de Segurança Comum – o voto por maioria qualificada

Nesta sessão não se registou qualquer discurso inicial. **David Mc Allister** introduziu o tema, recordando que todos os anos o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) elabora um documento sobre a PESC, cujo conteúdo é, posteriormente, objeto de um relatório² e uma Resolução do PE, tendo sido a última aprovada a 12 de dezembro de 2018. No referida Resolução fazem-se diversas propostas para reforço da PESC, tais como a criação de um Conselho de Segurança da UE, bem como a passagem da maioria absoluta para qualificada no Conselho, em matéria de PESC, alinhando-a com as restantes políticas europeias. Continuou, referindo ter consciência de que a proposta é controversa, tendo em atenção a sensibilidade das questões envolvidas. Sublinhando que o momento, em termos de política externa e de defesa, era decisivo, salientou que a UE tem de se assumir como um verdadeiro ator global nesta área. Terminou, desejando ouvir as posições dos colegas - sobretudo dos Parlamentos nacionais - sobre o assunto.

Participaram neste debate diversos parlamentares nacionais, muitos deles para sublinhar a cooperação com a NATO e aproveitando as suas intervenções para opinar a favor ou contra as propostas de deliberação por maioria qualificada e a constituição de um Conselho de Segurança da UE ou para aludir a pontos específicos, como as migrações.

Ojārs Ēriks Kalnins (Parlamento da Letónia) aludiu à necessidade de intensificação da cooperação com a NATO, manifestando a sua preocupação face à menor receptividade dos EUA para cooperar com a UE. Sugeriu que se influenciasse o Congresso e os *think tanks* sobre a importância dessa colaboração, visando contrariar um menor envolvimento da

² http://www.epgencms.europarl.europa.eu/cmsdata/upload/e206be67-82aa-4b2e-bb43-34acc00966db/Annual_Report_on_the_implementation_of_the_Common_Foreign_and_Security_Policy.pdf



Presidência. Esta posição foi reiterada por **Emanuelis Zingeris** (Parlamento da Lituânia), que defendeu a continuação do reforço das relações transatlânticas, acrescentando que, apesar da atual postura do Presidente dos EUA, nestes tempos atribulados a segurança europeia tem de incluir os EUA, o Canadá e a Austrália. **Miro Kovac** (Parlamento croata) repetiu esta posição, salientando que a UE mantém, como os EUA, a família do “ocidente político” e acrescentando que a UE tem, também, de assumir as responsabilidades de estabilização do continente europeu. Também o Senador francês **Jean Bizet** defendeu a visão de complementaridade entre a NATO e a UE. Acrescentou que a UE deveria compreender que, ao aumentar o seu contributo, se torna um órgão cada vez mais influente. Aproveitou ainda a sua intervenção para expressar o seu acordo à maioria qualificada, ainda que com votos ponderados, para que todos os membros tenham uma palavra a dizer. Concluiu, considerando fundamental que a UE seja capaz de falar a uma voz única. A ideia da maioria qualificada foi igualmente abordada pelo Senador polaco **Wojtkiewicz** que, no entanto, defendeu que a mesma “deveria ser muito próxima da unanimidade”. Concordou, ainda, com a existência de um Conselho de Segurança da UE. A complementaridade UE/NATO foi também expressa por **Gisela Manderla** (Bundestag alemão), que acrescentou que a UE só será um parceiro de confiança quando conseguir atuar como uma frente única, opinando no sentido de que o Conselho de Segurança da UE pode ser o caminho certo para o efeito. **Zsolt Németh** (Parlamento húngaro) reiterou a opinião dos colegas. Acrescentou que, face à nova atitude dos EUA se deveria tentar encontrar os pontos que nos unem, ao invés de se adotar uma atitude crítica, como ocorreu com a questão de Jerusalém. Aproveitou ainda a sua intervenção para referir que a UE ainda não está pronta para falar a uma só voz no âmbito da PESC, devido a falta de liderança e opinou contra a maioria qualificada, com a qual a Hungria tem más experiências, exemplificando com o caso dos migrantes. Aludiu, por fim, à necessidade de se iniciarem negociações de adesão com a Albânia e a Macedónia do Norte. Tal como o colega húngaro, mas numa perspetiva diversa, também **Carlos Rojas** (*Cortes Generales* espanholas) aludiu à questão das migrações, que apelidou de problema multidimensional. Priorizou o combate contra as máfias, que movimentam mais de 7.000 milhões de dólares por ano e a cooperação com os países de trânsito, defendendo uma migração segura, ordenada e regular. Terminou, concluindo que os êxitos até agora alcançados, como a ação da Frontex e outros, não são, ainda, suficientes. **Vito Comencini** (Câmara dos Deputados italiana) reiterou a visão do colega espanhol, recordando que países como a Itália, a Grécia e a Espanha foram deixados sozinhos com os seus fluxos de migrantes



e que a migração clandestina é, também, um problema de segurança. Ainda a propósito da questão das migrações, saliente-se a intervenção de **Ondřej Benesik** (Câmara dos Deputados checa), que referiu que, apesar do Grupo de Visegrado – que se encontra duas vezes por ano para coordenar posições - ser encarado como uma conceção monolítica e uns “desmancha-prazeres”, nomeadamente no que concerne às migrações, tal nem sempre corresponde à verdade. Neste contexto, referiu que a República Checa tinha recebido 1.000 refugiados, um número muito superior ao de outros Estados-Membros, dando a Eslováquia como exemplo. Registaram-se ainda intervenções de **Andreas Schieder** (Nationalrat austríaco), que destacou a importância de desenvolver a PESC, sendo a política de defesa uma simples derivação e não vice-versa, como parece estar a acontecer. Recordou, ainda, que a UE não tem uma voz unida e determinada ao nível da defesa dos direitos humanos. **Daniela De Ridder** (Bundestag alemão) referiu ser necessário aprofundar a coesão, utilizando os fundos de convergência com mais unidade e com respeito pela soberania. Quanto ao Conselho de Segurança, considerou ser uma ideia com mérito. Salientou ainda o papel das mulheres nos processos de paz, bem como a inclusão da digitalização e estratégias de modernização nas políticas da defesa.

Diversos Deputados ao Parlamento Europeu (MEP) usaram da palavra. Vários aproveitaram para agradecer a David Mc Allister o seu trabalho na direção dos trabalhos da AFET. No que concerne aos pontos em discussão, cumpre salientar o seguinte:

Takis Hadjigeorgiou (Chipre, GUE/NGL) expressou a sua falta de otimismo no que concerne ao desempenho de um papel global ao nível da UE. Duvidou, na medida em que a UE não consegue entender-se internamente, em termos de solidariedade, de distribuição de migrantes, etc. Quanto às deliberações por maioria qualificada em matéria de PESC, defendeu que seria necessário explicitar quais os temas que deveriam ser abrangidos. Acrescentou que, para países como o Chipre, tal poderá significar não ter voz nas deliberações finais. **Jaromír Štetina** (R.Checa, PPE) aludiu à (então) recente eleição de uma mulher como Presidente, sublinhando que, pela primeira vez, o Grupo de Visegrado poderia vir a ser presidido por uma mulher. **Petras Austrevicius** (Lituânia, ALDE) indagou até que ponto, nos últimos cinco anos, a representação europeia atingira outro patamar e como se deveria intensificar a cooperação com os Parlamentos nacionais. Aludiu, ainda, à articulação com a Alta Representante, que considerou muito útil. **Michèle Alliot-Marie** (França, PPE) expressou a sua discordância quanto ao facto de a Política de Defesa se dever subordinar à Política Externa, mas acrescentou que o modelo variava consoante o país. Quanto à UE e a



NATO, considerou não existir rivalidade, mas sim complementaridade. Aludiu, ainda, à disparidade de esforço financeiro em matéria de defesa, liderado por países como a Alemanha, a França e o Reino Unido, considerando que não pode haver Estados a apoiarem-se no esforço alheio. Neste contexto, sublinhou que cada Parlamento nacional terá de aceitar aumentar o seu orçamento para a defesa. **Ivo Vajgl** (Eslovénia, ALDE) sublinhou que o mundo está mais perigoso do que há 10 anos, sem que a UE se tenha afirmado na área da paz e da segurança, acrescentando que Direito Internacional não é suficientemente utilizado. Em sua opinião, não são as maiorias qualificadas que resolvem as questões, mas sim lideranças mais fortes. **Cristian Dan Preda** (Roménia/PPE) expressou a sua concordância à maioria qualificada, na medida em que a regra da unanimidade permite o veto individual, bem como coligações de bloqueio. Aludiu, ainda, a necessidade de se eleger o alargamento aos Balcãs Ocidentais como uma das prioridades após as eleições.

Dois MEPs britânicos participaram no debate: **Charles Tannock** (Reino Unido/ECR) manifestou o descontentamento com os seus colegas do Parlamento britânico, que não conseguem chegar a acordo sobre os moldes do Brexit, desejando a realização de um segundo referendo. Acrescentou que o (único) aspeto positivo do processo, é o facto de ele evidenciar as dificuldades de saída da UE. Manifestou o seu desejo de que o Reino Unido continue uma estreita cooperação com a UE. Tal como o colega, também **James Carver** (Reino Unido / EFD) lamentou o Brexit.

David Mc Allister encerrou o debate, referindo que, na próxima legislatura, o mesmo deverá continuar.

10:00h - 11:30h –As relações futuras entre a UE e o Reino Unido após o Brexit

David Mc Allister deu início à sessão, salientando o papel do Grupo Diretor do Brexit do PE, que contribuiu, de forma construtiva, para o processo. Continuou, agradecendo a Michel Barnier, Negociador-Chefe da UE para o Brexit, pela sua presença, bem como pelo trabalho realizado, que elogiou.

Michel Barnier iniciou a sua alocução, sublinhando a importância que atribui aos Parlamentos nacionais no envolvimento no “processo de divórcio” em curso. Nesse contexto, referiu que tinha ido aos 27 Parlamentos nacionais para auscultar as suas posições. Aludiu,



de seguida, à negociação subsequente sobre a futura relação com o Reino Unido (RU), na qual os Parlamentos nacionais estarão envolvidos. No que concerne à PESC/PCSD referiu que o futuro passará por acordos mistos, que terão de ser aprovados pelo 27 Parlamentos nacionais. Classificou de dececionante que o Parlamento britânico não seja capaz de alcançar uma maioria para uma qualquer posição positiva. Acrescentou que, para se evitar uma saída sem acordo, só através da aprovação do acordo já negociado, com 600 páginas que abrangem um vasto leque de matérias, incluindo no âmbito da PESC. Lamentou o facto de o Brexit monopolizar a agenda europeia e consumir muita energia e muito tempo, impedindo a UE de avançar com uma agenda positiva. Neste contexto, desejou uma rápida conclusão do processo para um recentrar do debate europeu em temas verdadeiramente relevantes, como as alterações climáticas, as migrações, o terrorismo, os ciberataques, a defesa e a segurança, a política industrial e comercial e outras. Salientou que o Brexit não pode ser um meio de enfraquecer a UE e partilhou uma troca de impressões com Nigel Farage, durante a qual este terá referido que, *após o Brexit, a UE deixará de existir*. De acordo com Michel Barnier, a UE não pode deixar vingar esta estratégia de destruição a partir do seu interior, devendo a mesma ser combatida falando a uma voz única, utilizando as 141 Representações da UE no mundo e projetando a ação externa da UE, nomeadamente a ajuda ao desenvolvimento, mantendo a posição da EU como primeiro doador. Aludiu, ainda, à necessidade de se robustecerem os esforços em matéria de defesa europeia, na medida em a segurança é a primeira preocupação dos cidadãos. No que concerne ao futuro UE/RU preconizou uma parceria muito estreita, duradoura e forte, em conformidade com o espírito da declaração política anexa ao acordo e tendo em atenção a relevância do RU, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, enquanto parceiro. Destacou, em especial, cinco áreas de cooperação que constam da declaração política e que serão executadas em caso de acordo, pretendendo-se que a parceria entre em vigor antes da fase de transição e de forma flexível: um **diálogo estratégico** para conjugação de esforços na ONU, respondendo aos grandes desafios internacionais e garantindo a complementaridade dos regimes de sanções; um **quadro de cooperação operacional** para que o RU possa participar nos cenários de estabilização, como a formação de soldados na Somália ou a operação no Golfo de Arden; a **participação em projetos de investigação e de desenvolvimento militar**, permitindo compatibilidade de meios; a **participação em projetos PESCO**, tendo o R.U. manifestado já a intenção de participar nos projetos de mobilidade militar; a **cooperação dos serviços secretos**, nomeadamente na troca da informação sobre ameaças híbridas e



cooperação na luta contra a cibercriminalidade. Continuou, salientando que, a falta de acordo - situação que não deseja - significará uma rutura de diálogo, risco de divergência, trocas de informações limitadas e impossibilidade de entrada em projetos PESCO. Terminou, recordando que o Brexit não tem qualquer valor acrescentado para nenhuma das partes envolvidas.

Seguiu-se uma fase de debate, que foi inaugurada pela Baronesa **Hilary Armstrong** (Câmara dos Lordes/RU). A oradora referiu um relatório aprovado na semana anterior na sua Câmara (*Beyond Brexit, how to win friends and influence people*) que identifica áreas de cooperação futura entre a UE e o RU. Terminou, recordando que estamos nesta situação devido à divisão na UE, nomeadamente com a crise migratória e a erosão de nacionalismos e populismos. **Rozália Ibolya Bíró** (Câmara dos Deputados romena) desejou uma parceria de segurança entre a UE e o RU, esperando ser possível construir uma relação bilateral única. Lorde **Charles Kinnoull** (RU) referiu que a atual situação, para o RU, é muito dolorosa. Manifestou o seu desejo de continuação de cooperação com a UE após o Brexit, também ao nível interparlamentar, à semelhança da Noruega. **Marc Angel** (Câmara dos Deputados do Luxemburgo) recordou que a UE é muito mais do que um projeto económico, sendo um projeto de e para os cidadãos. Salientando que o Brexit contribuiu para a unidade entre os 27, pretendeu saber o que fazer para, de futuro, manter essa unidade. **Jean Bizet** (Senado francês) reiterou a ideia do acervo de valores e questionou sobre uma eventual reposta da UE se, na véspera, o Parlamento britânico tivesse votado a favor do modelo de união aduaneira. **Miro Kovac** (Parlamento croata) refletiu sobre se o RU funcionaria sem a UE ou vice-versa.

Participaram também no debate diversos Deputados ao Parlamento Europeu, maioritariamente a lamentar o decurso do processo do Brexit. Foi o caso de **Alyn Smith** (RU, Verdes), que pretendeu ainda saber da existência de eventuais estratégias de cooperação futura. **José Ignacio Salafranca** (Espanha, PPE) manifestou a sua preocupação face a uma saída sem acordo e defendeu a necessidade de se dar mais tempo ao RU para decidir o que pretende fazer. **Eugen Freund** (Áustria, S&D) salientou que os britânicos não pretendem, de forma alguma, participar nas eleições europeias, fugindo delas como “o diabo da cruz” e manifestou a sua incompreensão com a sucessão de votos negativos no Parlamento britânico. **Charles Tannock** (RU/ECR) reiterou a opinião de Michel Barnier quanto ao facto de a situação ser de perda para ambas as partes. Manifestou o seu desejo de que a cooperação continue, em vários domínios, nomeadamente ao nível da EUROPOL. **Javier**



Nart (Espanha, ALDE) afirmou não ter lógica estarmos numa posição de incerteza a dez dias de mais uma data prevista para o Brexit, acrescentando que é uma situação perigosa e caótica para a UE.

Ao longo do debate foram-se registando respostas de **Michel Barnier**, que reiterou a ideia de que a UE está pronta para esperar, bem como para aumentar o nível de ambição da declaração política, não sendo tarde para ouvir, de novo, os cidadãos. Foram ainda sublinhadas diversas ideias-chave do processo, tais como: o RU preferiu ficar solitário ao invés de solidário; não se pode comprometer o mercado único que, aliás, os ingleses ajudaram a construir durante os últimos 47 anos; o RU não pode ter um pé dentro e outro fora da UE e; não haverá mini - acordos: ou há um acordo global, ou não há nada.

11:30h-12:30h - O futuro da política de vizinhança e do alargamento / Troca de impressões com o Comissário Europeu Johannes Hahn

O **Comissário Johannes Hahn** iniciou a sua alocução, sublinhando que os níveis de prosperidade e de bem-estar dos países vizinhos da UE são muito diferentes, tendo aumentado 5 a 6 vezes com a intervenção da UE. Acrescentou ser essencial garantir a estabilização da vizinhança, única forma de travar as vagas de migrantes de zonas como a Síria, a Líbia, a Ucrânia e o Cáucaso do Sul. Para a consecução deste desiderato é necessário assegurar o funcionamento do Estado de Direito, atrair investidores internacionais e aumentar a influência da UE na administração, nos tribunais, na capacitação dos mercados etc. No que concerne aos Balcãs Ocidentais, recordou que estes Estados se encontram a fazer o seu caminho, embora com intensidades de integração distintas. Salientou a importância do caminho da reconciliação, sendo necessária a intensificação do debate entre Belgrado e Pristina para se alcançar um acordo juridicamente vinculativo, acrescentando que muitos projetos de desenvolvimento regional se encontram dependentes do mencionado acordo. Congratulou-se com o acordo de Prespa, referindo-se-lhe como um excelente exemplo por parte da Grécia e da Macedónia do Norte, no sentido do fomento da estabilidade na região. No que concerne à Turquia, mencionou que a Comissão Europeia apresentaria um relatório de progresso no final de maio. Quanto à Macedónia do Norte e à Albânia, considerou provável que se possa acelerar os respetivos processos de adesão, agora que a questão da designação da Macedónia se encontra resolvida. Recordou que, no decurso dos processos,



não pode ser abandonada a exigência de cumprimento dos *standards* do Estado de Direito, apesar das críticas de que a UE se encontra a fazer distinções entre os diferentes países. Recordou a forte influência da Rússia, China e Turquia nessas zonas, com grandes investimentos em infraestruturas, concorrendo com a UE, apesar de 75 % dos investimentos serem europeus. Terminou, aludindo à vizinhança a sul da UE, com situações muito diversas, estagnação económica e evoluções demográficas significativas, contextos propícios para a erosão de conflitos, que deverão ser evitados e mantidos longe da UE.

Seguiu-se uma breve fase de debate, durante a qual participaram diversos membros dos Paramentos nacionais, reiterando alguns dos pontos da alocução inicial e colocando questões ao Comissário Hahn.

Emanuelis Zingeris (Parlamento da Lituânia) refletiu sobre a necessidade de se evitar a importação de conflitos bilaterais para dentro da UE. Sublinhou, ainda, a especificidade da Ucrânia, sob influência russa, mas ligada ao sistema de valores europeus. Quanto a **Nikolaos Toskas** (Parlamento helénico), partilhou que, naquele dia, o seu Primeiro Ministro se encontrava na Macedónia do Norte a assinar diversos acordos, o que constituía uma ocasião histórica. Acrescentou que a UE não se podia deixar fragilizar a partir dos Balcãs Ocidentais. **Rosario Biró** (Roménia) manifestou o apoio da Presidência romena ao alargamento, sobretudo aos Balcãs Ocidentais, com o qual a Roménia está comprometida. Aludiu, ainda, à importância da Parceria Oriental. **Zsolt Németh** (Parlamento húngaro) questionou se a UE está em condições de proceder a um novo alargamento. Sublinhou que alguns Estados Membros acham que a União Europeia se deve reformar primeiro antes de um alargamento, posição não partilhada pelo orador, na medida em que o alargamento faz parte da própria reforma. **Mior Kovac** (Parlamento croata) concordou com o Comissário Hahn, referindo que os conflitos bilaterais não devem ser importados para a UE. Recordou que as negociações com a Croácia demoraram cinco anos, mais dois para ratificação e indagou sobre as reais possibilidades de distribuição de territórios entre a Sérvia e o Kosovo.

Intervieram também no debate diversos MEPs. **Sandra Kalniete** (Letónia, PPE) reiterou a perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais e congratulou-se pelas eleições na Ucrânia, não devido ao vencedor, mas por terem sido eleições livres, o que muito deve ter desagradado à Rússia. Esta posição foi reiterada por **Javier Couso Permuy** (Espanha, GUEL/ENV), que aproveitou também a sua intervenção para indagar a opinião do Comissário quanto às reais perspetivas de adesão da Turquia à UE. **Dubravka Šuica** (Croácia, PPE) manifestou-se



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

contra o direito de veto no Conselho, considerando que este mecanismo permite que alguns países limitem a capacidade de decisão da UE. **Tonino Picula** (Croácia, S&D) referiu que a Albânia e a Macedónia deveriam receber um claro sinal de abertura da UE, depois do Conselho Europeu de junho. **Željana Zovkomep** (Croácia, PPE) partilhou a sua preocupação quanto ao perigo de a Rússia e a Arábia Saudita estarem muito envolvidas na Bósnia-Herzegovina. Aludiu à necessidade de representação de todas as minorias, recordando que havia três comunidades não representadas. **Tanja Fajon** (Eslovénia, S&D) defendeu que a liberalização dos vistos do Kosovo já devia ter avançado. Aproveitou, ainda para congratular a Grécia e a Macedónia do Norte pelo Acordo de Prespa, posição secundada por **Alojz Peterle** (Eslovénia, PPE), que desejou, ainda, que a União possa falar a uma só voz quanto ao processo de alargamento dos Balcãs, tal como tem acontecido no âmbito do Brexit.

Em sede de resposta, **Johannes Hahn** referiu ser um apologista do processo de decisão por maioria qualificada, na medida em que a unanimidade limita, em muito, a capacidade de decisão atempada da União. Reiterou o interesse na região dos Balcãs, manifestou a sua simpatia por um rápido impulso aos processos da Albânia e da Macedónia e opinou no sentido de que a UE dever exportar estabilidade e não importar instabilidade. Quanto à Turquia, referiu que as negociações se encontram congeladas.

Terminado o debate, foi a reunião encerrada, por **David Mc Allister**.

Assembleia da República, 27 de maio de 2019

O Presidente
da
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Sérgio Sousa Pinto